

Transcrição Diálogos Urbanos: Direito à Cidade

Adriana Gerônimo

Hector Sousa

[TRILHA]

HECTOR: Bem-vindo e bem-vinda ao Podcast Meio Fio. Seu podcast sobre desenvolvimento urbano sustentável. Eu sou Hector Sousa e esse é mais um episódio do “Diálogos Urbanos”. Hoje vamos tratar de direito à cidade e aqui comigo está Adriana Gerônimo. Adriana, agradeço você ter aceitado o convite. Bem-vinda ao Meio-fio! E, por favor, se apresenta para nós.

ADRIANA: Olá, eu que agradeço o convite, Hector, agradeço ao podcast meio fio. E, pra mim, é uma alegria imensa estar aqui, debater um tema que eu adoro e que faz parte da minha trajetória. Eu sou Adriana Gerônimo. Eu estou na luta e na militância por moradia digna e o direito à cidade por uma questão prática: uma necessidade. Eu sou nascida e criada na periferia de Fortaleza. E moro e sou nativa de um território que é uma ocupação urbana, da década de trinta. Então a ocupação já está consolidada hoje, mas passou, durante muitos anos, [por] diversas dificuldades de infraestrutura. E uma delas que nós vivemos até hoje - são as questões dos alagamentos. O meu território, há alguns anos todos os anos, na verdade, vive grandes cheias. É aquela antiga problemática de estarmos no braço de um grande rio aqui em Fortaleza que acaba, nos períodos chuvosos, inundando as casas. É também muito fruto desse crescimento desordenado das cidades: sem um planejamento adequado e participativo com as periferias da cidade. Então, sou militante pela moradia desde a minha juventude e debato com centralidade a luta pelas zonas especiais de interesse social e o direito à moradia digna.

[TRILHA]

HECTOR: A expressão “direito à cidade” foi originalmente cunhada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968. O ano ficou marcado pelo potente movimento iniciado pelas juventudes engajadas na luta por direitos civis. No Brasil, o direito à cidade está escrito no Estatuto da Cidade, na Lei nº 10.257/2001, no art. 2º, incisos I e II, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis. No Estatuto, o direito a cidades sustentáveis é compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Então para iniciar esse papo, essa nossa

conversa, queria saber na visão e no lugar de fala que você atua, Adriana, considerando o contexto atual, o que é direito à cidade?

ADRIANA: O direito à cidade de uma maneira muito prática... E aí eu falo desse lugar enquanto uma mulher negra - entendendo que as mulheres negras no nosso país vivem as diversas facetas das opressões. Então, eu acho, que as mulheres negras são quem mais entende sobre a ausência do direito à cidade: porque a nós mulheres é negado esse acesso à cidade formal; porque as mulheres negras estão em sua maioria nas grandes periferias, inclusive em periferias das metrópoles, espalhadas pelo Brasil; e as mulheres negras também estão na liderança das diversas ocupações urbanas que carecem de infraestrutura, carecem de um acesso digno à cidade.

Então “direito à cidade”, pra mim, é: as pessoas poderem habitar bem em lugares da cidade - em diversos lugares, seja no centro, seja na periferia - e essas pessoas terem acesso às necessidades habitacionais. Porque não basta ter uma moradia, você precisa morar dignamente. E isso quer dizer, na prática, que a gente precisa ter: acesso a creche, a escola pros nossos filhos; acesso ao saneamento básico adequado; a gente precisa ter acesso à saúde, então precisa ter um posto de saúde que atenda o seu território. A gente precisa ter algo que é muito destinado às elites brasileiras que é o acesso pleno à cultura e ao lazer porque cultura não deveria ser somente pras elites. Acesso à assistência social, ou seja, a todas as necessidades de morar bem. Direito a cidade, pra mim, é: um jovem negro poder transitar de maneira livre e segura em qualquer lugar da cidade. E não o poder público lotear as pessoas negras na favela e toda vez que esse corpo quebra esse lugar - essa metragem quadrada - e acessa ao centro, ele ter o seu corpo reprimido ou violentado. Então nós nunca teremos acesso pleno à cidade enquanto a democracia não for instaurada nas periferias. Porque infelizmente no Brasil o negro tem um lugar e não é no centro da cidade, não é nos bairros nobres. O lugar do negro na nossa cidade é loteado nas periferias. E isso não pode ficar assim. A gente precisa ter, enquanto população negra - porque nós somos a maioria do povo- acesso pleno a qualquer lugar da cidade. Isso é direito à cidade! Enquanto vivermos loteados em lugares específicos da cidade, nós não teremos a cidade democratizada.

Então, pra mim, o direito à cidade é: as mulheres negras - porque, se a cidade é boa pras mulheres negras, ela é boa pra qualquer pessoa poder criar os seus filhos e ter eles seguros em qualquer lugar da cidade.

HECTOR: Você começou e terminou sua fala falando sobre as mulheres negras e aí eu convido também a você que está nos ouvindo a ir alguns episódios atrás do nosso podcast. No primeiro episódio do “Diálogos Urbanos”, nós discutimos sobre a mulher e a cidade. Lá também têm algumas falas da pesquisadora Gabriela Gaia sobre esse tópico,

sobre a vivência das mulheres negras na cidade, e querendo ou não sobre esse “direito à cidade também”. Então te convido a ouvir esse episódio que também ficou bem legal.

E dando andamento ao nosso papo aqui: quando falamos em direito à cidade, estamos falando sobre melhores condições de vida, sobre melhorar os ambientes coletivos onde vivemos, sobre usar transporte público de qualidade, sentar debaixo de uma árvore pra conversar com as amigas e os amigos, ficar em silêncio pensando na vida, ir pra escola pedalando ou andando e desfrutando a paisagem, andar com segurança, moradia, saneamento, luz, acesso a internet, lazer, etc.

Afinal, todas as pessoas devem viver na mesma medida os benefícios do desenvolvimento da cidade. Também devem dividir de forma equitativa os compromissos e obrigações da vida urbana. Porém, infelizmente, ainda não vivemos nessa situação de igualdade nas cidades brasileiras. Então, na prática, atualmente quem exerce ou tem assegurado esse direito à cidade?

ADRIANA: Infelizmente o direito à cidade ainda é pra poucas pessoas. Eu tenho uma forma de me expressar: toda vida que eu to falando “direito à cidade sobre o que é a cidade formal e o que é a cidade informal. A cidade formal é a cidade pra poucos: onde as pessoas têm CEP, onde as pessoas são consideradas nas políticas públicas e nas políticas sociais, onde chega a água, onde chega esgoto e saneamento geral. Onde, a partir do seu CEP, você tem direito à luz e à água encanada. Diferente, por exemplo, se você está na cidade informal ou dentro de uma ocupação urbana... você vive dentro de um barraco e por não ter CEP, você não tem direito a ter saneamento e não tem direito à água. Agora na pandemia, a gente pôde na prática entender - a gente que não debate esse assunto: o que é ter direito à cidade. Por quê? [Famílias em] casas muito pequenas - casas, por exemplo, de um cômodo com famílias numerosas - perderam pessoas por falta de ventilação adequada, por falta de uma reforma ou melhoria habitacional e muitas vezes por falta do acesso à água e ao sabão. Se a gente está falando desse nível de desigualdade, a gente está exatamente reconhecendo o que é não ter direito à cidade. Então quem tem direito à cidade, na prática, no Brasil, são as pessoas ricas. São as pessoas que moram no centro da cidade, que andam no máximo duzentos ou quinhentos metros e acessam o posto de saúde perto de casa. Acessam uma área de lazer, o teatro, o cinema, acessam a escola. E muitas vezes nem a escola pública, é uma escola particular, porque moram em uma área onde estão ali centralizados diversas escolas particulares. Essas pessoas vivem na prática o direito à cidade que deveria ser pra todas as pessoas. Já na outra ponta da cidade, uma ponta bem distante do centro, estão por exemplo os grandes conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida que conseguiram garantir um teto pras pessoas, mas não garantiram, em nenhuma medida, o acesso às políticas públicas. E isso não é promover direito à cidade. A gente teve um avanço significativo nos últimos

períodos da produção de moradia, inclusive de habitação de interesse social, mas não veio na mesma medida a execução de equipamentos que garantam a vida das pessoas. Porque se a gente constrói um monte de casa longe do centro da cidade e cria uma nova demanda habitacional e não garante a política pública, a gente está perpetuando a desigualdade. E o poder público tem corresponsabilidade e responsabilidade direta nessa desigualdade. Ele tem promovido [a desigualdade], sobretudo, nesses grandes conjuntos habitacionais que não tem garantido a vida das pessoas. Por quê? Retirou todas elas dos seus vínculos, retirou todas elas [de] perto das suas famílias, dos seus empregos e agora essas pessoas levam uma hora, duas horas pra conseguir chegar no emprego. Algumas delas não tiveram mais como pagar o transporte coletivo pra ir pro emprego e tiveram que sair dos seus empregos pra dar conta da sobrevivência. E o que mais acontece, por exemplo, aqui em Fortaleza, são pessoas que abriram mão da casa que é um sonho da maioria do povo pobre: é acessar o papel da casa, ter a sua casa. [Isso] porque não tinham as mínimas condições de sobrevivência num território novo. E aqui em Fortaleza, a gente ainda tem um outro agravante que são as organizações criminosas, que expulsam essas famílias quando são transferidas pra esses conjuntos habitacionais gigantescos. Então promover [o direito] à cidade não é só garantir casa. E aqui no Brasil o direito à cidade é para poucos. E normalmente são para os ricos.

HECTOR: No início da sua fala, você falou sobre a cidade formal e informal e utilizou também o exemplo da pandemia. Aí eu trago um outro exemplo mais recente, que a gente está passando por essa época de frio onde vemos várias pessoas em situação de rua sem abrigo e dormitórios superlotados, principalmente na região sudeste onde o frio chegou mais intenso aqui no Brasil. E vemos pessoas passando dificuldade e até notícias de pessoas que vieram a óbito por causa desse frio extremo e por não ter um acesso a um a um teto, a um abrigo nessas noites. E aí eu te pergunto: na sua visão, que políticas públicas podem ser instauradas ou até criadas pra melhorar essas condições de vida pra essas pessoas marginalizadas terem esse acesso ao direito à cidade?

ADRIANA: É uma ótima pergunta Hector, porque aqui no Brasil se criou uma narrativa excludente e criminalizadora da população em situação de rua. Nós da mandata coletivo “Nossa Cara” - e atualmente eu estou com a vereadora aqui em Fortaleza - a gente tem uma conexão com a Pastoral do Povo da Rua, na arquidiocese de Fortaleza que é uma movimentação a partir da igreja. E não [é] muito diferente, por exemplo, quando a gente tem várias lideranças com a população de rua que vem das igrejas. Que tem esse olhar solidário e também de tentativa de emancipação. Qual é a narrativa atual? De que as pessoas em situação de rua são adictas à álcool ou drogas ilícitas; não adianta dar casa pra elas porque elas sempre vão voltar pra rua. Essa narrativa é uma narrativa

criminalizatória e que cria toda essa, enfim, essa narrativa de que as pessoas pobres nunca vão conseguir reorganizar a sua vida e superar a rua. As pessoas do movimento, quando estão no processo de construção do planejamento, se autointitulam em superação da situação de rua. E é essa a perspectiva que eu defendo. Eu acredito que a única forma de resolver o problema da marginalização da população em situação de rua que morre hoje à míngua no frio é a casa primeiro. Não existe outra possibilidade que não [seja] garantir a casa primeiro. Mas olhe só: não dá pra dar uma casa, se essa casa não vier junto de um emprego formalizado; e se essa casa não vier junto de um tratamento de saúde mental para os que são adictos - um tratamento contra o uso abusivo de álcool e drogas; [se essa casa não vier junto] de um acompanhamento do serviço social, de um acompanhamento fixo de psicólogo e assistente social. É toda uma rede que precisa se movimentar pra garantir que essa população supere a situação de rua. E pra que a gente acabe com essa narrativa cultural de que eles preferem estar na rua... porque rua não é casa, a rua é um estado, né? É uma passagem. Mas que tem sido, infelizmente, definitiva pra vida de muitos homens, mulheres e inclusive agora crianças que ocupam em massa às ruas depois desse período devastador que foi a pandemia pra maioria social do povo que é o povo pobre. E sobretudo que estão abaixo da linha da extrema pobreza. E a população de rua está nesse perfil. Então existe sim condições de superar, não é uma utopia. Mas o poder executivo que é quem de fato aplica as políticas públicas, eles precisam estar comprometidos com essa superação da rua e movimentar diversos organismos porque é [uma questão de] uma política integrada. Não dá só pra dar a casa. A gente precisa de muito mais para que essas pessoas tenham dignidade no viver. Porque viver na rua não é viver.

[TRILHA]

HECTOR: Você falou aí da desse senso cultural, posso dizer até do senso comum acerca dessas pessoas, e atualmente nós vivemos em um mundo com fluxo de informações muito forte e rápido, onde o que é relevante hoje, amanhã já pode não ser mais discutido e isso gerado por diversos motivos acaba nos transformando em uma sociedade imediatista. Trazendo essa discussão pro nosso tema, é preciso pensar as políticas públicas não apenas em curto prazo, mas a médio e longo prazo. Projetando melhores condições de vida não só para nós hoje, mas também para nós no futuro e para nossas gerações futuras. Então como pensar essas políticas urbanas a médio e longo prazo, e também acrescentando algo nessa pergunta, como envolver a população nessa discussão do direito à cidade, dessas políticas públicas?

ADRIANA: É uma pergunta muito interessante inclusive pro momento que Fortaleza está vivendo agora. Aqui em Fortaleza, Hector, a gente está passando por um ensaio de revisão do plano diretor. Que é pensar para essas cidades que têm mais de vinte mil habitantes. Um planejamento a curto, médio e longo prazo para os próximos dez anos. E [o plano] diretor tem ferramentas práticas pra transformar as realidades das grandes cidades, né? Porque ele é exatamente desenhado pra essas essas cidades maiores. A gente precisa garantir a participação popular, e aqui em Fortaleza a gente chama de plano diretor participativo por uma demanda dos próprios movimentos sociais. Por quê? O Poder Executivo se equivoca e erra e fica nesse lugar de conforto de não investir em uma participação ampla. Por quê? Gerar participação torna o processo muito mais produtivo, mas é um processo muito mais difícil. Porque olhe só, o que é acumular todas essas opiniões, divergências, consensos em um único programa para o futuro das cidades. É um desafio. Mas é um desafio necessário pra gente compreender as diversas visões de mundo e de sociedade. Planejar a cidade não é dizer que o movimento social vai monopolizar o planejamento. Porque é isso que acabam falando, né? Essa narrativa. Planejar a cidade é entender que nós vamos ter desde as grandes construtoras até os pequenos empreendedores, o povo da periferia, os empresários, o povo do turismo, as crianças, né? Que a gente vive numa sociedade que os adultos são centro de tudo e a gente afasta as crianças do planejamento da cidade, não tem espaço pra criança em canto nenhum, e as crianças vivem a cidade também de uma forma muito individual, coletiva e diferente. Então a gente precisa criar espaços que dêem conta também da vida das crianças. Então a minha fala é no sentido de dizer que é cada vez mais necessário ferramentas de participação. A internet é um uma dessas ferramentas, mas ela não é suficiente, porque a gente vive num país com talvez uma das maiores desigualdades de acesso à internet e acesso digital. As pessoas até podem ter um, dois celulares, mas elas não têm acesso pleno à internet. Tem pesquisas dos últimos anos que dizem que a maioria da população acessa a internet a partir do 3G, que é uma internet limitada, as pessoas perdem muito tempo no WhatsApp, no Instagram, mas não bebem mesmo de formação, acesso a informação adequada na internet, inclusive é um dos grandes motivos pra gente ter as fake news de uma maneira tão generalizada aqui no nosso país. Então a internet pode ser um canal de participação, mas a gente também precisa resgatar os mecanismos que nós utilizamos inclusive no período da reforma urbana. Os grandes congressos, as grandes plenárias, plenárias com perfis específicos, nas periferias, plenárias com as mulheres, plenárias com as crianças, com os empresários, com a construção civil. Enfim, garantir essa participação, olho no olho, com oficinas e também com a formação. Porque ninguém sabe tudo e a gente precisa garantir informações descentralizadas, com visões diferenciadas, e planejar as cidades e o plano diretor também é um desses instrumentos, uma dessas ferramentas que agora é lei em diversas cidades brasileiras e

tem garantido, por exemplo, um instrumento importantíssimo que são as zonas especiais de interesse social. Que não é nada mais que garantir habitação de interesse social, saneamento, regularização fundiária, geração de emprego e renda, combate a especulação imobiliária, combate as remoções, pra'queles e aquelas que vivem em condições desiguais de acesso à Terra. A Tainá de Paula inclusive, ela sempre fala, né? Uma vereadora do Rio de Janeiro, arquiteta e urbanista. [Ela sempre fala] que no Brasil as pessoas negras têm acesso formal a terra, registrada em cartório, somente a um por cento das terras brasileiras. Então a gente precisa de uma redemocratização do acesso à terra. Esse também é um retrato do racismo, porque quando se fala em abolição dos escravos, se fala também em uma nova lei de terras, onde as terras não podem mais ser doadas e só vendidas. Então no momento que a gente fecha a doação de terras para pessoas negras recém libertas, a gente está dizendo que a gente está construindo um Brasil para os brancos. Porque se a população negra não teve aonde reconstruir as suas vidas e construir suas moradias, a gente não promoveu um abolicionismo, a gente promoveu uma nova forma de escravidão e essa escravidão foi tão perpetuada que hoje as novas senzalas são as periferias da nossa cidade, que colocam o negro sempre no lugar de subalternidade e de acesso desigual a terra. Então a melhor forma de revolucionar o urbanismo e o planejamento urbano é garantir esse planejamento a longo prazo, mas ele precisa ser feito de maneira participativa com todos os setores, né? Todos os setores mas sobretudo com aqueles que historicamente são esquecidos que são as populações periféricas pobres, negras, LGBTQs, enfim.

HECTOR: Nessa sua fala você trouxe várias questões que eu acho que daria pra gente puxar para vários episódios de podcast. Mas aqui pro nosso papo teve duas coisas que você falou logo no começo que eu queria retomar. Uma é dessa roda econômica que as políticas públicas, por exemplo a de moradia que você falou, podem gerar beneficiando desde grandes construtoras que vão fazer aquelas casas, até pequenos comerciantes daquela região ou os trabalhadores informais que vão ter chance de ter um emprego formal, por exemplo, trabalhando nessas construções. Então realmente é algo que além de a longo prazo beneficiar essas populações, a curto prazo também pode gerar emprego e renda para várias pessoas. E outra questão é quando você falou das crianças nessa vivência da cidade e a gente tem um conflito muito grande de gerações, muito também causado pela internet, porque as gerações mais velhas não tiveram acesso, e as gerações mais novas têm acesso a internet então a troca de informação é muito rápida. Então, como trazer não só as crianças, mas as pessoas mais jovens para essa discussão do ambiente da cidade?

ADRIANA: É, são dois pontos importantes. Sobre o primeiro, Hector, eu queria falar que a gente precisa avançar muito pra que essa rede econômica realmente seja menos desigual. E a gente precisa avançar inclusive na legislação. Em São Paulo, a cada empreendimento feito por uma construtora, trinta por cento dessa construção precisa ser destinada como habitação de interesse social. Ou então ele faz a obra dele, mas ele precisa dar um terreno pra que a prefeitura construa a habitação de interesse social. Se isso de fato fosse colocado em prática, a gente teria essa rede econômica muito fortalecida, né? Então é mais um desafio pras cidades, a gente precisa implementar essas leis, tirá-las do papel, porque a gente tem muitas leis boas, né? Como a gente tem de IPTU progressivo, que a cada dono de terra que deixa a terra abandonada se passar aí alguns anos ele perderia a sua terra, mas isso não sai do papel. Se saísse, a gente teria uma revolução urbana, mas são muitos desafios e muito assunto também pra gente tratar em outros momentos. E sobre a questão das crianças, eu tenho essa visão da ausência das crianças no planejamento das políticas públicas até como mãe. Eu sou mãe de duas crianças que também nasceram na periferia da cidade, e que sentiram durante muitos anos na pele o que é ser uma criança periférica. E é... quem é periférico sabe, inclusive as experiências traumáticas que se vivem em territórios periféricos, sobretudo por esse descaso do poder público. Mas as crianças também sabem os níveis imensos de solidariedade que a periferia tem. Porque é na periferia, por exemplo, que os nossos vizinhos sabem o que a gente vive, tem solidariedade com as nossas dores, onde as mulheres ajudam umas às outras, mas também é na periferia que as nossas crianças, por falta de oportunidades, por descaso do poder público, vivem situações profundas de violência. Então como incluir as crianças? A gente não tem por exemplo no Brasil, se a gente for analisar, nenhuma secretaria ou ministério voltado pras crianças. A gente tem políticas pra infância, políticas pra juventude, mas que elas são discutidas por adultos. Você nunca viu uma conferência de crianças. Então como é que no Brasil a gente quer incluir as crianças no planejamento das cidades se elas não são ouvidas? Porque até na escola o modelo que a criança encontra já está pronto, ela não pode dizer o que que ela quer aprender, ela não pode dizer o que é que ela tem mais interesse. Então é um modelo tão defasado de construção e as crianças que têm acesso a um novo modelo, por exemplo, de educação, elas só encontram isso em escolas particulares, porque a gente tem na rede particular escolas construtivistas que constroem toda a metodologia de ensino a partir do olhar da criança. Mas, por exemplo, se você coloca isso como uma política pública, a gente ainda não tem nenhum modelo. Por exemplo, eu desconheço alguma escola pública que pautar o seu planejamento a partir do olhar das crianças. Então olha o que seria das nossas cidades se a gente ouvisse mais as crianças. Por quê? As crianças sabem o que é divisão, as crianças da periferia que convivem com dois, três, quatro irmãos, sabem o que é partilhar, sabem o que é economia doméstica, porque

vivem com muito pouco. Se essas crianças desde pequenas, entendem o que é administrar o pouco, o que seria do nosso país se essas crianças pudessem administrar as grandes riquezas? Porque elas sabem viver com pouco, imagine o que seria se elas pudessem planejar o muito, né? Então, nós adultos perdemos muito quando a gente tem uma sociedade tão adultocêntrica. A gente poderia ter outra perspectiva de cidade se a gente ouvisse mais as crianças, mas o que mais a gente faz é mandar as crianças calar a boca, né? “Cala a boca! Você está atrapalhando! Você está sendo mal-educado, né?” Então a gente tem muito o que aprender, Hector, com as crianças, elas são o nosso presente, né? Mas a gente ainda está muito cego com esse modelo de sociedade.

HECTOR: Aproveitando toda essa fala sobre as crianças que são presentes e podem fazer o nosso futuro, eu vou puxar pro nosso fim, mas com uma pergunta bem mais abstrata do que a gente conversou aqui: como seria a vida na cidade dos seus sonhos? Amarrando tudo que a gente conversou aqui que você falou do direito à cidade, mais igualdade pras pessoas periféricas, pessoas negras, pras crianças. Como seria essa imagem da cidade dos seus sonhos?

ADRIANA: Ai Hector, nós temos um debate em torno da negritude que a gente fala da sociedade do bem viver. A sociedade do bem viver, ela não privilegia ninguém. Ela é uma sociedade do bem viver para todas as pessoas. Mas nós partimos sempre do pressuposto de que as pessoas que historicamente não tiveram acesso pleno aos direitos devem ser tratadas de maneira especial, com reparação por tudo que elas já viveram, inclusive os seus ancestrais, da ausência de direitos, da negação de direitos, da violência. Então, a cidade dos meus sonhos é uma cidade onde as mulheres, sobretudo as mulheres negras, né? Aqui eu represento, possam criar os seus filhos em segurança, possam ter acesso pleno a todos os direitos sociais, uma sociedade que viva sem o racismo, sem a violência de gênero, sem feminicídio, transfeminicídio, sem homicídio, aonde as mulheres e homens trans consigam romper a barreira dos vinte e cinco anos, onde a expectativa de vida seja plena para todas as pessoas, onde ninguém passe fome, ninguém viva em situações profundas de miséria e abandono, onde as nossas crianças possam ser livres. A sociedade do bem viver é isso, é uma cidade plena de direitos para todas as pessoas sem distinção, se a pessoa é branca, se ela é rica, se ela é pobre, se ela é indígena, mas todos nós vamos ter acesso ao pleno, isso deveria ser uma realidade, se a gente não vivesse num sistema econômico tão desigual, um sistema predatório que acaba tudo que é vivo, que a gente está com os anos contados, é... porque a gente está vivendo essa crise climática que está ficando cada mais insustentável e a gente não sabe nem se a nossa geração vai conseguir concluir, chegar a idade da velhice. Enfim, então essa pergunta realmente é meio utópica, mas ela é muito possível. Mas isso acaba gerando um compromisso de uma

outra alternativa de vida, né? Uma outra perspectiva de socialização, de fé, de crença, de solidariedade e é sistêmico. É tudo muito sistêmico, porque depende de várias mãos para que essa sociedade seja concreta, seja real e que a gente possa prolongar os nossos anos em paz, em igualdade, enfim. Mas é possível.

[TRILHA]

HECTOR: Adriana, eu quero agradecer muito mais uma vez por você ter aceitado o convite para essa conversa, foi muito proveitosa e espero que os ouvintes tenham gostado tanto quanto eu. Abro aqui o espaço para você dar seus comentários finais.

ADRIANA: Eu também só tenho a agradecer, agradecer também a todos os ouvintes do podcast Meio-fio, e dizer mais uma vez, reiterar minha alegria de participar, e fica aí o convite pra quem quiser conhecer mais é... tanto sobre a nossa cara, né? O @ da mandata é @nossacaramandata, o meu @ do Instagram é @adrianageronimovs, quem quiser conhecer mais sobre o nosso trabalho, tirar dúvidas, fiquem à vontade aí pra gente debater, né? A gente está sempre à disposição. Muito obrigada, viu, Hector.

HECTOR: E obrigado você também que ouviu até aqui, espero que tenham gostado dessa conversa, os contatos que a Adriana falou vão tá aqui na descrição do episódio assim como o @ do projeto traDUS, então pra ficar por dentro das novidades não só do podcast Meio-fio, mas como de todos os âmbitos do projeto traDUS nos siga no Instagram @projetotradus, com 's' de sustentável. Muito obrigado e até o próximo.

[TRILHA]